

**A REPRESSÃO EXTRANACIONAL NA DITADURA MILITAR
BRASILEIRA: A VIGILÂNCIA DO DEOPS PAULISTA
SOBRE O CHILE (1970-1973)**

Deborah Estri Motta*

Havia o quadro geral do avanço do comunismo no mundo e na América no Sul. Se nós moramos na mesma rua e há uma onda de banditismo, muitos bandidos tentando roubar, assaltar, pegar filho da gente, o que a gente faz? A gente se une. Os vizinhos vão se reunir e tomar algumas medidas para ajudar. O que aconteceu foi isso. E foi mais no trabalho de inteligência, troca de informações. Pode ter havido alguma coisa em outro campo, mas foi exclusivamente no da informação, para trocar as figurinhas, para saber onde andava o sujeito, o outro, aquele...¹

Em meados dos anos 70, parte da América Latina vivia o momento de consolidação de regimes militares que se espalharam por todo o Cone Sul. O que havia em comum entre estes regimes era a aplicação de políticas autoritárias e o uso desmedido da violência como condição necessária para a tomada de medidas que assegurassem a manutenção da segurança interna. Paradoxalmente, para tal afiançamento, esses mesmos países se viam na incumbência de estabelecer uma articulação entre seus órgãos repressivos, com o objetivo de criar um território “sem fronteiras” no Cone Sul. Facilitava-se, assim, o trânsito necessário para a eliminação de tudo que se configurasse como inimigo da ordem política estabelecida pelos militares. Ou seja, se havia inimigos comuns, a ação também deveria ser conjunta. A esta articulação os militares denominaram *Operação Condor*.

A Operação Condor estava destinada a monitorar o movimento de militantes políticos considerados subversivos. Há claros indícios de que a Operação Condor envolveu os órgãos de inteligência e informações do Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Bolívia.

A coordenação da Operação cabia aos órgãos de inteligência chilenos, que serviam como uma espécie de “base de informações”, estabelecendo contato direto com a CIA e repassando suas diretrizes aos demais países. Apesar de realidades distintas, há indícios de

que autoridades militares brasileiras e chilenas praticavam a troca de informações, intercâmbio que pôde levar à participação do Brasil na Operação Condor, já que o Chile era o país que encabeçava as diretrizes para suas ações.

A Operação Condor era chefiada pessoalmente pelo general do Exército do Chile, Manuel Contreras Sepúlveda, diretor da Direção de Inteligência Nacional (Dina). A iniciativa de formalizar a ação conjunta de países do Cone Sul pôde ser evidenciada no informe publicado no *site* da *Comissão de Verdade e Reconciliação do Chile*, que revela o pioneirismo por parte dos órgãos repressivos chilenos.

La Dina también buscó y logró establecer formas de coordinación con otros organismos y grupos en el exterior, tanto con servicios, con similares funciones de seguridad interior en sus respectivos países, como con grupos políticos que podían prestarle utilidad en términos generales o para operaciones específicas.

Quando se fala em “estabelecer formas de coordenação”, podemos nos remeter a uma reunião realizada em fevereiro de 1974, que tinha como intenção primordial instituir os fundamentos do programa da “Primeira Reunión de Trabajo de Inteligência Nacional” chefiada por Contreras (nesta época, já no cargo de general ou, como muitos o nomeavam, “delegado pessoal de Pinochet”).

O posicionamento inicial dos militares brasileiros pode ser conferido pelo que relatou ao embaixador americano em Buenos Aires o chefe da Polícia Federal argentina, o comissário Margaride:² “o Brasil foi o único a não enviar representantes, apresentando como desculpas o fato de a reunião ter ocorrido durante o Carnaval...”.

A iniciativa de reunir chefes militares de outros países foi apenas uma tentativa de centralizar e organizar cada vez mais as comunidades de informações. As autoridades chilenas viam-se incumbidas deste feito. Um dos objetivos destas comunidades era a troca sistemática de informações sobre personagens considerados “inimigos” da segurança nacional.

A resposta dada pelos militares brasileiros ao convite chileno nunca foi muito clara, ou seja, a participação efetiva do Brasil na Operação Condor nunca pôde ser substancialmente evidenciada, e isto por inúmeros motivos, entre os quais vale destacar alguns. No período de auge da Operação Condor (1974-80), o regime militar brasileiro já havia iniciado, sob o governo Geisel, a chamada “lenta, gradativa e segura distensão”. O Exército brasileiro também já havia realizado, em 1973, a terceira intervenção no Araguaia e já no final deste mesmo ano a guerrilha já havia deixado de existir no Brasil como força organizada.

Nossa pesquisa vem analisando uma parte desta ação conjunta. Delimitou-se sua investigação às relações entre os serviços de inteligência no Brasil e Chile a partir das ativi-

dades do Departamento de Ordem Política e Social (Deops) do Estado de São Paulo, no período de auge da repressão – não coincidentemente, momento em que esta instituição passou a ser organizada basicamente através da hierarquia militar, gozando de uma incomum autonomia, que lhe permitia se remeter a outras instâncias que também se caracterizam como objetos de análise deste trabalho.

Um dos objetivos da análise desta troca sistemática de informações entre as polícias políticas do Brasil e do Chile no período entre 1970 e 1983 é investigar como se deram tais relações e até que ponto elas evidenciam a participação destas polícias na chamada Operação Condor.

A troca de informações entre Brasil e Chile implicava desde o envio de materiais das organizações de esquerda (periódicos, panfletos, manifestos, etc.) até o acompanhamento diário, por parte dos agentes do Deops, de jornais nacionais que tratavam da presença de chilenos no país e notas em periódicos que noticiavam algo sobre a situação política do Brasil ou de brasileiros exilados. Há um maior acúmulo de informações nos aniversários do golpe militar chileno, mostrando que havia uma preocupação, por parte dos agentes de informações do Deops, de monitorar qualquer tipo de manifestação em homenagem à morte de Salvador Allende ou manifestações de repúdio ao governo Pinochet por parte de brasileiros ligados a grupos políticos ou de membros da comunidade chilena no Brasil. Este acúmulo de informações serve para o embasamento de inúmeras atividades do Deops: desde a informação preventiva (de caráter apenas informativo) até aquelas que registram atuações conjuntas entre as polícias políticas de ambos os países.

Detectar que as atividades do Deops extrapolam sua área de atuação nos leva a começar a pensar algumas questões sobre as mudanças de suas funções, no que diz respeito à sua inserção no aparato repressivo brasileiro durante o regime militar. Procuramos entender ou, pelo menos, apontar alguns indícios que ajudem a compreender como um determinado órgão policial, responsável estritamente pela segurança estadual, comunica-se e interage com esferas internacionais. Claro que esta análise não faz sentido sem levar em conta o contexto de sua produção.

Em 1924, a estrutura do serviço policial em São Paulo passou por uma reorganização, com a criação de delegacias cada vez mais especializadas. Nesta reorganização, entre outras, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social.³ A criação desta delegacia pode ser interpretada como resposta às grandes movimentações políticas eclodidas em todo o país, como as rebeliões tenentistas, o desenvolvimento das atividades do Partido Comunista, criado em 1922, e os movimentos operários com forte influência anarquista.

A primeira mudança significativa ocorreu em 1940,⁴ quando se ampliou a Delegacia de Ordem Política e Social para Superintendência de Segurança Política e Social do Esta-

do de São Paulo, que passava a contar com 409 efetivos. Desde sua criação, a Deops veio sistematicamente desdobrando suas atividades, no sentido de cada vez mais especializar seus mecanismos de coerção das atividades políticas e sociais consideradas suspeitas ou perigosas. Por exemplo, com a participação do Brasil na Segunda Guerra, era notória a investida contra alemães, japoneses e italianos residentes em São Paulo.

A segunda grande mudança é a que mais interessa para o entendimento da autonomia delegada ao Deops durante o regime militar. A única reorganização sofrida pelo Deops durante o governo militar ocorreu em 1975, quando se reorientaram as diretrizes para suas atividades. Especificamente sobre as finalidades e a estrutura do Órgão, caberia a este “exercer, de forma residual, os serviços policiais de competência federal” e “executar convênios realizados com quaisquer órgãos da União na esfera de sua especialização”.⁵

Nota-se que estas diretrizes colocadas em lei objetivavam sistematizar uma atividade que já vinha ocupando boa parcela das funções que as Deops desempenhavam desde o final da década de 60, ou seja, o combate aos grupos clandestinos de esquerda – mas, neste momento, com uma característica singular: a ampliação considerável da abrangência de suas atividades. A lei, agora, outorgava-lhe a prerrogativa de realizar qualquer tipo de articulação com órgãos federais, desde que ambos se configurassem na mesma seara (neste caso, especificamente o combate ao crime político). Configurava-se no serviço policial um fenômeno que já vinha acontecendo em quase todas as instituições estatais, a militarização de suas funções. Não foi à-toa que, durante o regime militar, geralmente quem ocupava o cargo de Secretário da Segurança Pública era um militar. Possivelmente, não há outro momento da história republicana brasileira em que o casamento entre política e polícia estivesse tão claramente consolidado pela hoste militar.

A segurança pública era prioridade absoluta e o Deops-SP já vinha, desde pelo menos a década de 40, especializando cada vez mais suas atividades, no que se referia a crime político e social – e os serviços de informações militares souberam como aproveitar esta competência. O que ocorre é que o Deops-SP passou a ser o mais eficiente de todos os estados: geralmente, era-lhe concedido um respaldo muito grande para que desenvolvesse suas atividades. Diante de “excessos”, não havia uma maior preocupação em reportar-se a outras instâncias judiciárias, para maiores justificativas. Um exemplo clássico desta autonomia foi a criação de esquadrões da morte comandados pelo delegado Fleury. Quando se tornaram públicos os abusos e o uso deliberado da violência, houve um esforço do Poder Judiciário para apurar os crimes cometidos pelos esquadrões, mas nada pôde ser efetivamente averiguado.⁶

Tudo isso explica, em parte, a atenção despendida por parte do Deops aos acontecimentos do Chile; impressiona o acúmulo de informações relativas a brasileiros exilados no

Chile e a suas atividades durante o governo de Salvador Allende e no pós-golpe, inclusive uma preocupação em tomar ciência do paradeiro destes exilados.

Estudar este período da história do Brasil é se deparar com o caráter ambíguo que o governo militar apresentava, que se configurava nas inúmeras esferas em que interferia –no serviço policial não poderia ser diferente. É mais do que claro que se trata de um período de política arbitrária e que terrorismo de Estado era deliberadamente praticado. Porém, coube ao regime militar manter o bipartidarismo e a concessão de *habeas corpus*, dando a impressão de que não se tratava de um regime essencialmente autoritário. O que acontece é que instituições civis mantiveram-se abertas, mas severamente controladas pelos grupos militares.

Dentro do contexto da América Latina, o Brasil e o Chile se enquadravam entre aqueles países que estavam vulneráveis a uma “revolução comunista”. Havia um receio de que a Revolução Cubana servisse de modelo e inspiração aos grupos armados de esquerda, mesmo que isto se prestasse muito mais a argumento e justificativa para as atividades dos regimes militares do que representasse verdadeiramente uma possibilidade concreta. Na verdade, os golpes militares na América Latina foram uma resposta a qualquer espécie de tentativa de consolidação da democracia e um afastamento agressivo da possibilidade de que os trabalhadores fizessem parte da cena política.

O viés comparativo entre os governos militares do Brasil e do Chile é priorizado para o entendimento de como suas polícias políticas praticavam a troca de informações, e até que ponto esta troca norteava as ações destes grupos, no que diz respeito ao monitoramento e repressão de chilenos presentes em território brasileiro e brasileiros no Chile. Dá-se atenção, principalmente, ao período em que as forças armadas chilenas assumiram o poder e iniciaram uma busca pelos elementos considerados “subversivos da revolução”. É importante ressaltar que, no momento do golpe militar no Chile, havia uma expressiva quantidade de brasileiros ali exilados.

Os elementos comuns e divergentes entre estas duas realidades são fundamentais para a compreensão de sua inserção no contexto de bipolarização das relações internacionais, demarcadas pela guerra fria. Ou seja, uma das intenções deste trabalho é compreender como Brasil e Chile, realidades distintas, colocaram-se ante uma mesma preocupação: a manutenção da segurança nacional diante do perigo do comunismo e como em determinados momentos se alinharam na tentativa de juntar esforços para o banimento deste perigo.

Todos estes elementos reforçam a necessidade de analisar mais cuidadosamente até que ponto o sistema repressivo do regime militar brasileiro influenciou a repressão no pós-golpe chileno.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Mestranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho.

¹ Trecho de entrevista do coronel da reserva Aroldo José Machado da Veiga. Disponível no *site* <<http://www.anoticia.com.br>>. Segundo o *site*, Veiga frequentou curso de inteligência no Exército dos Estados Unidos (Fort Holabird, Maryland), dedicando-se ao ramo no Brasil. Foi condecorado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por sua participação no Batalhão de Suez (Egito). Atualmente, dirige o Grupo Catarina.

² *Folha de S. Paulo*, 22 ago. 2002.

³ A partir desta reorganização (estabelecida pela Lei 2.034), as delegacias passavam a ser distribuídas da seguinte forma: Delegacia de Segurança Pessoal, Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Investigação de Furtos e Roubos, Delegacia de Vigilância Geral e Capturas, Delegacia de Investigações de Falsificação em Geral, Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos e Delegacia de Técnica Policial.

⁴ Decreto Estadual 11.782.

⁵ Incisos IV e V do 1º Artigo do Decreto Estadual 6.836.

⁶ SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro, Globo, 2000.